MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DOCENTE SINDICAL

Vânia Tanira Biavatti – FURB – vânia@furb.br

Atualmente a certeza de que os avanços materiais da ciência podem em grande parte ser acompanhados de contrapartidas negativas evidência a fragilidade das promessas iluministas que desde o século XIX pleiteiam o uso da razão como caminho incondicional para o bem-estar social, político e emancipação humana.

Segundo alguns autores é esta constatação que, em sua gênese vêm alimentando o panorama contemporâneo de grandes incertezas, de onde se origina uma crise em escala mundial jamais vivida antes.

Quer esta crise seja discurso de vontade ou realidade, são evidentes as limitações das instituições modernas para solucionar os problemas que hoje temos que enfrentar, quer sejam eles provocados pelo próprio desenvolvimento do conhecimento ou não.

É esta percepção crítica encetada principalmente a partir dos movimentos contraculturais e antimodernistas que levou a partir dos anos 1960 a alterações na configuração das instituições[1]. Precisamente após 1968[2], as mutações provocadas na sensibilidade, nas práticas e formações discursivas passaram a instituir outras formas de ver e viver a vida. Para Deleuze (1972), passou-se a experimentar outros modos na relação teoria-prática, diferente das concepções totalizadoras que ora concebiam a prática como aplicação da teoria, ora como o que lhe devia inspirar. Estas outras

[1]O uso deste termo não se limita ao nível jurídico político comumente utilizado, mas é empregado no sentido dado por Durkhein, para quem as instituições definem tudo o que está estabelecido. Quer dizer, o conjunto do que está instituído. Segundo Lapassade (1989) o termo instituição surge oficialmente em 1952 e percorre mudanças em seu sentido. Numa primeira etapa o termo referia-se a cuidados a enfermos pela internação, pela institucionalização, depois passou a significar todas as organizações com existência material e jurídica para finalmente se chegar a uma idéia de forma geral, universal e estrutural única, surgida em dado momento histórico e logo encontrada em toda parte. Este último entendimento é fruto dos movimentos anti-institucionais que por meio da negação das instituições forneceram dados que permitiram um entendimento do termo como sendo o que designa todos os grupos sociais oficiais, quanto os sistemas de regras que regulam tais grupos. Tanto os costumes, modos, preceitos, superstições, etec, como também constituições políticas organizacionais jurídicas (BIAVATTI, 1995).

[2] Segundo Harvey (2001), mesmo que tenha fracassado em relação a seus próprios termos, o movimento de 1968 deve ser considerado arauto cultural e político da subseqüente virada.

formas de perceber tomam a relação teoria-prática de modo parcial, fragmentado, como algo local, relativo a um pequeno domínio, que mesmo que aplicado a outro domínio, não têm relação de semelhança.

No entanto, é em conseqüência deste mesmo movimento crítico que supostamente coloca em risco as instituições modernas que surge uma onda reformista que senão as reforça pelo menos as restitui.

Um dos principais motivos da solidificação das corporações universais, profundamente criticadas pelo antimodernismo, se dá justamente por conta do que lhes foi apontado como nefrálgico. Vejamos melhor. Uma vez evidenciadas, tais fragilidades puderam ser dribladas, escamoteadas, suspensas ou reformuladas, porém raramente ultrapassadas. Resulta disso o avesso do que se pleiteava: a reformulação da sociedade através de suas instituições.

Este acontecimento em que a crítica revigora o que ataca, se alicerça no fato de que as instituições, apesar de terem nítida função reguladora da sociedade necessitam - para a própria sobrevivência - de certa permeabilidade. Instituições em geral carecem empreender movimentos de criação e/ou reestruturação a fim de garantir um relativo dinamismo sem, contudo, dar-lhes amplitude demasiada. Gerados por forças desejantes, por atos de resistências, tais movimentos criam e/ou reestruturam as instituições em contrapartida a tendência à estagnação que certamente lhes mataria. São, portanto as forças instituintes ou movimentos instituintes que surgindo para reformar acabam por restaurar as instituições.

Uma das instituições – dentre inúmeras outras – atingidas por tal processo é o sindicato.

A partir das ponderações acima e de outras desenvolvidas neste trabalho - parte da tese de doutorado defendida em 2006 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – abordo os modos de subjetivação[3] que se constroem em sindicatos docentes. Tal estudo se justifica não somente pela especificidade de minha inserção profissional docente, nem pela

[3] Dentro dos limites do que é possível neste trabalho, satisfaz elucidar a referencia a modos de subjetivação como sendo aquilo que se refere a maneira como governamos, nos governarmos e somos governados. Ou seja, o jeito de ser, agir e reagir que não se alicerça a teorias psicológicas.

experiência pessoal como dirigente sindical, elementos que sem dúvida o geram. Mas, é principalmente pela opção por uma política de verdade em que, abordar o sindicalismo docente não se distancia ou aproxima de tomar outra instituição que ele adquire relevância.

Desta forma, não procuro demonstrar ou analisar generalizações, pois o que pretendo não é enfocar a estrutura institucional formal sindical em seu valor universal, mas examinar como sindicalistas, neste caso, docentes, se constituem e se reconhecem como tais. Não se trata, portanto, de racionalização da teoria política, mas dos diversos modos de subjetivação que se constituem como efeitos de políticas de individualização bastante próprias a um pensar localizado.

A construção de específicos modos de subjetivação, localizada em qualquer instituição seja ela escola, universidade, asilo ou sindicato, não é passível de ser tomada numa generalidade a se aprender. A questão então é problematizar o sindicalismo docente a partir da lógica que dirige seus procedimentos, práticas, discurso e saberes específicos que constituem determinados modos de subjetivação que aqui por escolha interessada, são sindicais docentes.

Este estudo é *genealógico* na finalidade e *arqueológico* na forma. Arqueológico por não procurar pelo universal, mas trabalhar tanto com os discursos como com os acontecimentos em si. Genealógica pela dedução da contingência que constituiu professores sindicalistas da maneira como os constitui.

Neste sentido, a história do sindicalismo brasileiro em termos de América do Sul é bastante aproximada da dos demais paises que, da mesma forma, viveram e sobreviveram a regimes totalitários. Nestes países, a intervenção exacerbada do Estado nas relações de trabalho afetou diretamente os movimentos de trabalhadores.

No entanto, o que singulariza estes movimentos são os acontecimentos que vão lhe constituindo a partir de uma mesma lógica. Neste sentido, no caso sindical brasileiro vale então tomar de modo rápido,

os acontecimentos que vão de seu começo como associação de trabalhadores até sua institucionalização[4].

Numa fase de industrialização, onde as relações de produção foram entendidas como sendo de cunho privado, os primeiros movimentos dos trabalhadores brasileiros, no início do século XIX, foram de proliferação associativa tanto do ponto de vista organizacional quanto de concepções. Coexistiram várias associações trabalhistas, ligadas não só por força de convicções, mas também por vários outros critérios como origem imigratória, localização geográfica, ocupação, etc[5]. Entre as forças ideológicas do período a majoritária foi o anarco-sindical.

Favoráveis a diversidade associativa, os anarco-sindicalistas defenderam autonomia total e repudiaram qualquer forma de dominação, inclusive as de cunho político partidário[6]. Negavam-se também a instituir qualquer estrutura hierárquica no movimento trabalhista, contrariando a idéia de Federações ou Corporações, na época tomada como as mais interessantes. Contemporaneamente, sindicalistas da vertente marxistas lutavam por legislação trabalhista como única forma de amparar os trabalhadores. Ao mesmo tempo, a maioria dos trabalhadores urbanos, tanto quanto o patronato continuavam a entender a locação da mão de obra como ato privado. Desta compreensão resultava o encaminhamento dos movimentos de pressão diretamente aos chefes, encarregados e donos de empresas, personalizando as relações de trabalho.

O anarco-sindicalismo, adepto da ação direta, mas entendendo as relações de trabalho por outro ponto de vista, não privatista, resistia à legalização não só pela idéia de autonomia, mas principalmente pela

[4] Institucionalizar é dar forma de instituição a algo ou alguma coisa material ou imaterial. Quer dizer, são movimentos, atos, procedimentos, formas e crenças que se cristalizam por todo corpo social de modo a ocorrerem mais ou menos iguais por todas as partes em que se localizarem. O sentido com que este termo é empregado nesta passagem do texto não se refere somente ao ato de tornar instituição, mas ao ato de faze-lo legalmente. Ou seja, se refere ao procedimento legal que reconhece o sindicalismo oficialmente como uma instituição.

[5] Vale ressaltar que a bibliografia sobre o início do sindicalismo no Brasil restringe-se quase que exclusivamente ao estado de São Paulo, principalmente à cidade de São Paulo e vizinhanças, que por ter sido a região onde a industrialização do país se iniciou, é provavelmente também pioneira nos movimentos organizados de trabalhadores.

[6] Isso, no entanto não significava que não pretendessem a unidade. Entendiam que ela deveria resultar da livre associação, rejeitando então qualquer idéia que significasse alguma restrição à liberdade pessoal.

premissa de derrocada do Estado. O legalismo, argumentam, dirige o sindicalismo para dentro do aparato estatal e o que mantêm governos é justamente a possibilidade do gerenciamento da poliarquia, ou seja, sua capacidade de administrar diferentes interesses.

Portanto, a diversidade associativa trabalhista do início do movimento de trabalhadores não foi decorrente da fluidez ou da unidade de concentração das distintas formas, mas da diversidade de concepções dos agrupamentos sindicais da época no país.

Entretanto, a difusão de concepções estatais da ordem econômica e o alargamento do Estado, principalmente durante o Estado Novo[7], obstacularizaram a diversidade nos movimentos trabalhistas e aniquilam o anarco-sindicalismo que, findado este período, desaparece do cenário trabalhista brasileiro[8].

A força do esquema sindical baseado na heterônomia, centralidade e unicidade favoreceu o sindicalismo de cunho marxista e foi altamente interessante aos ditames do governo da época.

Como o sindicalismo marxista vinha estrategicamente aproximando o partido comunista aos sindicatos, pois a questão é justamente fortalecer o partido através do sindicalismo e não o contrário, a organização da estrutura sindical centralizada foi tremendamente facilitada pela importação do modelo bolchevista de organização sindical hierárquica[9].

Até os anos 30 o anarco-sindiclaismo, o sindicalismo de concepção socialista, o de concepção marxista e outros mais[10] constituíam o movimento trabalhista brasileiro. Mas a partir dos anos 30, o Estado, que já havia tateado as primeiras intervenções jurídicas no mundo do trabalho, dando continuidade a sua política expansionista, legaliza as relações

[7] Período ditatorial de Getúlio Vargas que vai de 1937 a 1946.
[8] Porém, a retirada dos anarquistas da cena sindical se dá não só pela repressão que sofrem, mas também pela decisão de concentrar prioritariamente a ação em outras formas de atuação.
[9] Para um maior aprofundamente destes acontecimentos vide SIMÃO, A. Sindicato e Estado. São Paulo: Dominus-Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
[10] Azis Simão (1966) em sua obra Sindicato e Estado aponta as várias formas de associativismo trabalhista que existiam no início do século XIX em São Paulo, o que é corroborado na obra de Edgar Rodrigues sobre o anarco-sindicalismo brasileiro.

trabalhistas - com apoio dos sindicatos marxistas – fazendo sumir definitivamente do cenário trabalhista a diversidade associativa.

O sindicalismo hierárquico e centralizado se cristaliza como representatividade única e junto a outras forças sociais, políticas e econômicas, não só exige que o Estado tutele e cuide das relações de trabalho como o faça por intermédio exclusivo da instituição sindical. O que perdura até a atualidade.

Portanto, a institucionalização do sindicalismo acontece de modo distinto de sua emergência, num modelo e concepção únicos, como resultado da ação de alguns grupos políticos, principalmente marxista, que pactuados[11] com o governo da época, passaram a controlar a organização sindical com exclusividade na representação dos trabalhadores.

O rápido exame da emergência do associativismo entre trabalhadores no Brasil permite destituir a naturalização com que hoje se apresenta o atual modelo sindical, não só entre sindicalistas, mas por toda a sociedade. Este exame desvela a universalidade oriunda de relação de forças que, por omitir uma de suas partes, se perpetua única.

No século XIX e sindicatos, empresas e governo formaram um triangulo fundamental por onde todas as decisões passavam, negociadas via bancadas representativas de cada segmentam.

Entretanto, especialmente em relação aos sindicatos docentes a questão é diferente.

A despeito de Edgar Rodrigues (1993) aludir a movimentos protagonizados por professores já nos anos 50[12], o movimento sindical docente se situa fora da tradição de relação empresas, governo e sindicatos e paradoxalmente toma força exatamente quando a governabilidade passa a ter outro desenho[13], nada favorável a perspectiva sindical.

---

[11] Alguns autores qualificam como "conchavo" a ligação que o sindicalismo marxista passa a ter com o governo da época no intuito de garantir a supremacia no movimento dos trabalhadores.

[12] Edgar Rodrigues (1966) cita a paralisação dos docentes do Colégio Nilo Peçanha, em Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, em 1955 e a greve nacional dos professores que, junto à dos estudantes e dos operários do Distrito Federal – então Rio de Janeiro – Niterói, Petrópolis e Minas Gerais, em 1959.

[13] O período referido, entre final da década de 80 e início da década de 90, é aquele em que o neoliberalismo se faz importante no país. A política da livre negociação entre trabalhadores e empresários, sem a mediação

É na década de 80, quando o neoliberalismo enfraquece o movimento sindical de um modo geral que inversamente sindicatos docentes[14] passam a se instituírem separadamente e adquirem importância pela relação de negociação que estabelecem com o governo federal[15]. Nesta época o sindicalismo docente toma a frente no movimento sindical nacional. Surge então o que se nomeia de *novo sindicalismo.*

Segundo Almeida (apud CHAIA, 1999:129), o *novo sindicalismo* é um movimento de reafirmação da força da classe trabalhadora frente ao aliancismo de classe que surgiu na década de 30, que neste momento passa a ser amplamente rejeitado. No entanto, o *novo sindicalismo* se estrutura a partir das mesmas bases do sindicalismo que emergiu no século XIX, intrigando quanto ao adjetivo *novo* que lhe qualifica.

De qualquer modo, a postura sindical neste período difere dos anteriores por ser mais próxima dos jogos de governo, pois não só melhor conhece os aspectos determinantes das políticas econômicas que se implantam, mas delas faz parte influindo significativamente sobre seus encaminhamentos.

O sindicalismo oficial subordinado ao Estado que privilegiou, sobretudo, os burocratas e que se implantou no país desde o período getulista até a ditadura militar, foi desmantelado pelo chamado *novo sindicalismo.*

O que caracterizou efetivamente o *novo sindicalismo* não foram os movimentos de negação da política salarial da ditadura que com forte mobilização grevista proliferaram. Tão pouco foi a negativa da prática burocrático-governista dos sindicatos oficiais do período ditatorial – isto é o que um movimento de resistência trabalhista efetivamente faz nas épocas de extremo autoritarismo. O que caracterizou o *novo sindicalismo* foi a

---

do Estado, ou com a mínima tutela desse, explode por isso o sindicalismo gerando uma forte crise; enfocada por vários autores em diversos trabalhos de pesquisa. O que se pretende é apontar o momento em que o sindicalismo docente se consolida: uma diferença no contexto de inserção sindical.

[14] Nessa época ainda Associações Docentes (AD), pois a lei coibia a formação sindical. Na prática as ADs das maiores e mais significativas universidades brasileiras se organizavam nitidamente no modelo sindical. Assim que a lei permitiu, todas as ADs se transformaram em sindicatos. Dado este que reforça o quão forte sempre foi o modelo sindical.

[15] O grupo de trabalhadores que exercia maior pressão reivindicatória sobre o governo era o funcionalismo público. Os docentes representavam – e ainda representam - o maior contingente dentre estes.

sedimentação do partidarismo sindical no interior de um discurso que paradoxalmente proclamava autonomia aos interesses partidaristas e governistas.

Numa análise em que as condições político-econômicas de produção são tomadas como determinantes, conclui-se que o que elevou o poder de pressão dos militantes do novo sindicalismo a ponto de instituírem um partido político, foi o papel crucial que a classe média operária urbana passou a ocupar na economia nacional, e que lhe outorgou nova e significativa importância econômico-política. A partir disto, reconhecendo sua posição na economia e política nacional, o movimento sindical através de seu poder reivindicatório, recuperou lugar na vida política do país, transformando-se de sindicalismo de massas e de confronto em sindicalismo *neocorporativista* (CHAIA, 1999:130).

Noutra perspectiva, o acontecimento relaciona-se ao fortalecimento de governamentalidades através da reinserção oficial do trabalhismo político no universo parlamentar. Desde os períodos anteriores, salvo quando a predominância foi anarquista, o sindicalismo quer buscando tomar o Estado como estratégia para estabelecimento do socialismo ou num acordo de classes; quer colaborando com este a fim de garantir ganhos, sempre teve o jogo parlamentar como alvo demarcado, mantido próximo.

No entanto, concomitante à construção de um sindicalismo de ação parlamentar nos anos 1980, acontece no país acentuada queda nas taxas de sindicalização[16].

Este fato pode-se supor, acarretaria um enfraquecimento do movimento trabalhista brasileiro. Mas, ao contrário, entre os anos de 1985 e 1987, cresce o número de greves fazendo com que, a despeito desta queda no índice de sindicalização, o movimento trabalhista permanecesse em alta.

[16] 'Tomando como pontos de referência os anos 1970 e 1988, a sindicalização caiu de 35% para 28% no conjunto dos países. De 1970 a 1975, a proporção de trabalhadores sindicalizados ainda aumentou 2%. A partir de então, começou a cair. No período considerado, tomando-se os países europeus (médias ponderadas) em conjunto, em 1980 o nível de sindicalização (38%) era o mesmo existente em 1970. Em 1980, a sindicalização atingiu seu pico (44%), passando a cair a partir desse ano. A evolução no interior desse período indica queda para todos os países tomados em conjunto. Note-se que as taxas de sindicalização tendem a ser mais elevadas na Europa do que em outros continentes. Entre 1975 e 1980, ainda houve ligeiro aumento da sindicalização entre os países europeus (43% e 44%, respectivamente). Porém, entre 1985 e 1988 em nenhum dos blocos a sindicalização cresceu (…)'. (L. M. RODRIGUES, 1999: 22).

Importante frisar que o declínio nas taxas de sindicalização teria sido bem mais intenso caso não tivesse sido amortecido pelo ingresso do setor público no movimento sindical, que se inicia nos anos 1960. Mas, no Brasil, por conta do golpe de Estado que instaura 20 anos de ditadura militar, a sindicalização do setor público só vai ter significado de resistência a partir dos movimentos do *novo sindicalismo*.

Os motivos que levaram os profissionais do setor público à filiação sindical são estudados pela perspectiva de ingresso da classe média no mundo sindical, frente às reais possibilidades e impossibilidades de sua ação[17].

Neste sentido, o que tais análises não consideraram foi o fato de terem sido alguns segmentos da classe média a sindicalizarem-se e não esta como um todo. Sindicalizaram-se especificamente os trabalhadores das variadas instâncias do poder público, notadamente os ligados à aplicação dos investimentos sociais do Estado voltados ao bem-estar da população globalmente considerada: saúde, cultura, transporte, habitação e *educação* (RIDENTI, 1995: 72) de modo que o termo 'sindicalismo de classe média' configura-se um tanto inadequado.

Estes segmentos do funcionalismo público vinham assumindo na luta social e política posturas consideradas de esquerda. Para Ridenti, a tendência à esquerda destes setores pode ser explicada pelo lugar de articulação entre o público e o privado ao buscar atrair maiores investimentos governamentais para as áreas de bem-estar social, seja para atender melhor a população globalmente considerada ou para conseguir melhores condições de trabalho e

[17] Para Leôncio M. Rodrigues (1999: 85) o uso do termo '*trabalhador de colarinho branco*' para designar os trabalhadores de escritório, comércio, bancos e professores que usavam gravata - símbolo de distinção social – é indicativo de que se acabava focando mais o tipo de tarefa (não-braçal) do que o setor da atividade – público ou privado. Parte destas discussões era inspirada em esquemas interpretativos das condutas das classes médias, de modo que o descenso social acabava sendo a chave explicativa para a sindicalização maciça desta parcela de trabalhadores. Conclusivamente nestes estudos, construíram-se mais concordâncias sobre as razões de sindicalização dos trabalhadores do setor público que sobre o que acarretou a queda nos índices de sindicalização do setor privado. Entre os vários motivos levantados, dois eram tidos como especialmente relevantes, inclusive na determinação dos demais: a perda de status, de estilo de vida a que estavam habituados estes trabalhadores das classes médias e que lhes empurrava em direção a reivindicações de garantias salariais, fazendo surgir então a necessidade da sindicalização e a racionalização e mecanização dos serviços e tarefas de escritório burocratizando-se os procedimentos de recrutamento e seleção que a partir da simplificação do trabalho, possibilitam o acesso de uma classe social até então excluída deste meio, alterando a competitividade (L. M. RODRIGUES, 1999: 86).

de remuneração (RIDENTI, 1995: 72). Estudantes, sindicatos e servidores públicos reivindicavam melhores condições econômicas e sociais, que através de reformas promovidas pelo Estado[18], atendessem aos seus interesses de classe, que argumentavam, eram também os da sociedade como um todo.

A questão a ser lançada está na tentativa de compreender o que faz o setor público aderir a esta forma decadente[19] de organização trabalhista (pelo menos neste período em que nela ingressam), ao invés de buscar outras formas, outras possibilidades. Esta é uma das questões que norteiam as reflexões sobre modos de subjetivação docente engajada.

No entanto sob a ordem da 'segurança nacional', o regime militar extingue por completo este clima participacionista. A rota de perseguição, então traçada, foi especialmente dirigida aos estudantes, docentes e sindicalistas, justamente por terem sido os que no período anterior lideraram as campanhas políticas reivindicatórias mais contundentes. Desta forma, as lideranças sindicais ficam por suspenso, em termos de história institucional, por quase 20 anos.

De qualquer modo, ainda que na história sindical pouco apareçam por terem se organizado bem mais tarde, os docentes, mesmo que em número inferior, sempre estiveram envolvidos com os movimentos dos demais trabalhadores ou ligados a outras facções reivindicatórias da sociedade, como é o caso do Movimento Estudantil. As aproximações, especialmente com o

[18] As discussões em torno da reforma universitária, lideradas pela UNE, empolgavam as universidades e os vários círculos intelectuais. A UNE, junto à boa parcela dos professores, denunciava o caráter elitista, excludente e conservador das universidades e sociedade brasileiras, organizando dois Seminários para debater isto. No de Salvador, onde, em 1960, elabora-se a 'Declaração da Bahia', que dentre vários aspectos, declara a necessidade da universidade romper com o projeto histórico nacional clientelista e propõe o acesso a todos os graus de ensino com abertura da universidade ao povo; e o de Curitiba, que em 1962, na 'Carta do Paraná', amplia e aprofunda os temas discutidos em Salvador, repudiando a subvenção do ensino pelo Estado e exigindo a participação discente e docente na administração da universidade e inclusão da Reforma Universitária nas 'Reformas de Base'.

[19] Leôncio Martins Rodrigues (1999:20) ao discutir se a queda no índice de sindicalização que ocorre nos anos 80 e perdura pelos anos 90 é uma crise ou seu declínio, conclui por seu declínio: 'O sindicalismo poderia estar passando por uma fase difícil, mas passível de superação após algumas reformas. Já o termo declínio remete-nos a um processo de debilidade do organismo (que poderia ser mais rápido ou mais lento), mas que não deve forçosamente provocar alterações nas formas de organização, nas estratégias, nos valores da instituição sindical. '(...) o quadro que parece caracterizar o sindicalismo neste final de século sugere mais declínio do que crise.'

Movimento Estudantil, são significativas, não só pelo compartilhamento do espaço universitário, mas principalmente pelo vínculo de um com outro.

Para Foracchi (1982, p. 49), o que os Movimentos Docente e Estudantil têm em comum é a fusão que promovem entre as questões reivindicatórias e políticas nas lutas que travaram e que se revelaram especialmente nas campanhas anti-ditatorial e pela transformação da universidade, durante a ditadura militar. Contudo, o que efetivamente os une é o fato da maioria dos dirigentes do Movimento Docente trazer na bagagem o patrimônio político forjado nas lutas do Movimento Estudantil (MACIEL, 1991: 68).

Neste estudo, o movimento de estudantes e o de organização dos trabalhadores tem uma emergência que lhes aproxima em outra dimensão. Tanto na organização dos estudantes quanto dos trabalhadores em geral, mas especialmente, dos professores em sindicatos, o que está em jogo são reivindicações de garantias, que refletem cuidados estatais para com a população, especialmente a população urbana.

De qualquer modo, quer tomado em meados dos anos 1970 quando as Associações Docentes – ADs – começam a surgir nas várias universidades existentes, sobretudo nas públicas; ou no final desta mesma década, quando num contexto de esgotamento do regime autoritário militar, começam a ser dados os primeiros passos em direção a uma entidade sindical docente nacional.

É por intermédio da Coordenação Nacional das ADs que no final da década de 1970, o Movimento Docente se consolida como uma instituição nacional ANDES- Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, que representativamente atua nas negociações com o governo, defendendo os direitos dos docentes, sem deixar de discutir as questões políticas mais gerais, numa clara atuação que já é sindical.

Neste período, após longas negociações com o governo, diante das sucessivas protelações do que é acordado, o Movimento Docente deflagra uma série de paralisações. Este acontecimento demonstra que a perspectiva institucional do movimento docente já havia se sedimentado, tornando mais importante o Movimento do que o pleito docente em si. O peso das decisões

encontrava-se medido, não pelos prováveis efeitos próprios, mas pelos efeitos gerados na organização e manutenção do Movimento Docente em si.

Mas, é ao final da década de 1990, numa conjuntura em que os opositores da política educacional do governo denunciam que a redução gradativa das verbas públicas pode levar não só as Universidade Públicas, mas todo o sistema de sustentação da ciência e tecnologia brasileiras à falência (OTRANTO, 2000: 220), que apesar do aumento do número de filiados, a ANDES reconhece o declínio do envolvimento político dos professores como enfraquecimento do Movimento Docente.

Não obstante as profundas mudanças políticas que afetaram direta e indiretamente a todos os docentes, a falta de participação *ativa* dos professores começa a gerar dificuldades até para composição de chapas dirigentes tanto na ANDES nacional como em suas Seções.

Alguns autores se debruçam sobre esta questão do engajamento, da militância. Pirreneau (1994), por exemplo, organizou uma coletânea sobre as formas contemporâneas de engajamento político na França, discutindo tratar-se de um declínio ou de uma mutação. Ele relaciona o declínio do engajamento expresso na dedicação à militância, com a mutação nas formas de participação da sociedade atual, demonstrando que o declínio desta forma de ação não é necessariamente declínio do Sindicato em si. Neste sentido a legislação brasileira, em sua última reforma – 1988 - reforçou a naturalização do modelo sindical ao afirma que sendo livre a associação de trabalhadores, é o sindicato sua forma representativa oficial[20]. Portanto, grosso modo, sindicatos são associações cuja existência independe do grau de apoio dado por seus representados ao modelo.

Contudo, hoje com a reestruturação do capitalismo vivemos um tempo em que a realidade tem mostrado que inexistem postos de trabalho para todos.

A demanda sindical reivindicatória se desloca então da prioridade no salário e condições de trabalho para a manutenção e expansão da

[20] Constituição Brasileira de 1988, art.8º , incisos I ao VIII.

empregabilidade, o que exige dos sindicatos reformulação de suas estratégias, de sua forma de envolvimento com e no trabalho.

Outrora a ação sindical agiu como força de pressão contra patronato e aparato estatal desempenhando função duplicada no jogo de governar, pois se por um lado se opunha às forças governamentais em favor dos trabalhadores, por outro recuperava esta mesma força na medida em que dela exigia intervenção e controle nas e das relações de trabalho em favor de seus interesses.

O que está em pauta como condição de continuidade da instituição sindical na atualidade é a necessidade de criação de mais vagas no mercado de trabalho de modo a que todos possam dele participar.

A exigência imperativa em desenvolver uma performance que melhor se ajuste às necessidades presentes e futuras acaba por levar o sindicalismo a explicitar sua atuação de governabilidade – mesmo se situando como uma resistência às práticas de governo, necessita, reforça e reivindica sua intervenção a seu favor. Discurso e práticas sindicais meramente reivindicatórios encontram assim seus limites.

Foi neste contexto, que as análises sobre o sindicalismo brasileiro ocorrem de forma ligeiramente acentuada no mundo acadêmico, podendo ser genericamente agrupadas em duas vertentes. Uma que reforça o papel sindical de resistência ao poder do Estado, objetivando reformulações pró-coletivistas. Outra de crítica a desvinculação entre o que se diz e o que se faz, supondo uma teoria que, imersa num discurso, na prática não consegue se fazer realidade. A primeira ignora a posição de manutenção ao modelo estatal intervencionista e oculta o papel de governabilidade. A segunda soma a isso a pretensão de reformular uma prática sindical ou construir arcabouço teórico que ampare o fazer. Em comum, a busca pelo sucesso da estratégia sindical, que perseguida estabelece continuidades teóricas a respeito do tema. O equivoco é de negligencia a ação intervencionista no jogo de forças das relações de trabalho. O "problema" de estudo sobre a questão sindical não está na elaboração de uma práxis consistente, mas na ignorância de que discurso e prática se constituem

distintamente e necessariamente operam em separado. Procurar adequar teoria e prática além de inócuo, resulta em reforma e reformar é uma ação de ajuste, de acomodar, integrar, manter fazendo parte. Além do que, concentrar esforços em encontrar caminhos que garantam sua eficiência, não problematiza o sindicalismo naquilo que lhe institui como modelo - sua arquitetura matricial.

Neste sentido, a adoção de uma política de verdade que entende poder não como poder soberano, oriundo da razão do Estado, mas como estratégia, decorre numa inversão desta direção geral de análise sobre sindicalismo e resulta compreender sindicatos como máquinas – tal qual as demais instituições organizacionais - que praticam políticas de individualização e que para funcionarem precisam que as palavras tenham uma dizibilidade e as coisas uma visibilidade outra.

Neste sentido, o que põe em funcionamento os sindicatos não são seus objetivos, suas lutas com suas vitórias e derrotas, a determinação de seus membros ou seu regimento interno, mas sua arquitetura matricial. A operação da maquinaria sindical se dá a partir da mesma matriz que se arma, se monta e se desmonta[21].

Nesta maquinaria, entre a prática e o discurso, inscrevem-se verdades que mesmo nada tendo a ver com o que se vive, modelam determinados modos de subjetivação.

As práticas se materializam nos procedimentos diários, nos modos de relações interpessoais e permeiam todo jeito de ser de modo que, da mesma forma que acontece com religiosos não é difícil localizar sindicalistas dentre as demais pessoas.

Sempre repetidas, as práticas se fazem em documentos, nas maneiras de conduzir ações institucionais e pessoais, nas greves – hoje talvez menos extensivas, mas não menos freqüentes[22] - nos movimentos

[21] Se instituições necessitam de maleabilidade à movimentos instituintes como mecanismo de sobrevivência, no caso sindical ocasionalmente ocorrem em suas organizações algumas praticas dissonantes que podem angariar certo espaço inovador. Contudo, se ocorrem de forma a não abalar a lógica que põe em funcionamento o sindicato, ou se deixam capturar, são meros reformismo.

[22] A despeito de raramente conquistar o atendimento aos objetivos que lhe motiva, a greve ainda é insistentemente a mais importante estratégia de ação sindical utilizada. Até mesmo quando não angaria

reivindicatórios, nas assembléias, reuniões de diretorias, enfim, nos procedimentos em geral seja lá qual for o enredo, cronologia, categoria ou classe de trabalhador. Através da reprodução de rotinas, práticas conduzem à funcionamentos contínuos e idênticos.

O discurso sindical também é uma constante. Irredutível a qualquer outro, é sempre de revolução, de mudança, de vitimização do trabalhador, de identificação de um poder central, do tipo estatal. Por isso o Estado – ministério e secretarias de educação - a direção, a reitoria, a atual gestão... é o inimigo a ser enfrentado para, uma vez tomado o lugar, modifica-lo em prol do bem comum. Miragem agregadora que pacificando para um fim comum, constrói os motivos por que lutar. Entre o visível (práticas) e a construção de verdade (o discurso) da maquinaria sindical, incompatíveis e assim necessários, institui-se a utopia que ao procurar conjugar fala e prática, alimenta tanto ela mesma como o agir sindical. A busca pela ação coerente ao discurso, recorrente em estudos acadêmicos, é uma estratégia de manutenção com toda a positividade que lhe possa ser atribuída, pois libera-la pode significar emergir o improvável da existência sindical na contemporaneidade.

Porém estudar a construção de modos de subjetivação é estudar também as estratégias de seu reverso obrigatório, uma vez que correlações de forças não existem senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistências que, inerentes às relações de poder, jamais se encontram em posição de exterioridade a elas. As resistências representam o papel de adversário e são o outro termo nas relações de poder.

É nesse espaço – que não significa lugar, mas subjetivações - que nos processos de poder, pessoas são subjetivadas e que em efeito aceitam como fato o que é fictício. É esse caráter subjetivado do professor

---

número suficiente de adeptos, continua a se instituir como prática recorrente. Segundo Azis Simão (1966) a greve deve ser analisada não somente como ações que visam alterações nas normas de trabalho, mas como inclusão de um *procedimento* social nas relações de produção e que por isso, acrescenta-se, seguem sempre um padrão. A ação grevista é sempre igual independentemente do setor, categoria ou período em que ocorre. O que difere são os resultados dela obtidos. Estes são de ganho ou perda de acordo com uma série de condições culturais, político e econômicas estabelecidas nos diferentes contextos de conflito e que independem da ação de greve ter sido mais ou menos contundente.

sindicalizado que permite que a fala, tanto em nível de ensino como em nível de comportamento individual ou coletivo, diga coisas com convicção de verdade que no funcionamento da vida nada tem de similar. Tudo isto transita sem qualquer estranhamento tanto pela vida de docentes engajados quanto pela percepção de não engajados. São naturalizações perfeitamente aceitas e sequer percebidas como tal.

É exatamente nos efeitos desses processos de subjetivação que se encontram os que mesmo submetidos a uma outra lógica, instintivamente (ou não) se dão conta de que não se trata de oposição teoria-prática. Ainda, dentre estes, aqueles que lutam loucamente para fazer coincidir a fala e o fazer (os que resistem); aqueles que interessados em calar um discurso sem lugar, inventam outras formas. Nestes, resta buscar ainda a probabilidade daqueles que destronam o instituído buscando modos continuamente instituintes de ação. Estes configuram o grupo que usa da estratégia do que Deleuze nomeou "linhas de fuga"[23].

Quer dizer uma tentativa de não só apontar a maquinaria sindical como estratégia de políticas de individualização que formatam modos de subjetivação, mas nestas, os que são assimilados, resistem, ou escapolem e que constantemente atravessam e são atravessados uns pelos outros, já que não há fixação de um modo, ou de modos de subjetivação, mas atravessamentos constantes de uns e outros, bem como de uns nos outros.

São estes modos de subjetivação e suas relações que problematizo e que, em última análise, especulo sobre até que ponto reiteram a mesma ordem na contra mão do que se propõem.

Vivemos hoje a materialidade da sociedade de controle que nos dizeres de Passetti (2002) é uma continuidade do investimento na produtividade do corpo se aperfeiçoando e acumulando. Na sociedade de soberania, que antecede a disciplinar, castiga-se. Na sociedade disciplinar, que antecede a de controle, busca-se utilidade econômica e docilidade política. E na sociedade de controle exige-se participação continua e fluxo

[23] As linhas de fuga não são nem da ordem do discurso, nem da ordem da maquinaria. São da ordem da subjetivação e estão sempre a procura de saídas – no sentido de se colocar fora da lógica estabelecida – furam resistências, bloqueios, condensações, enfim, pontos fixos.

inteligente[24]. A sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é constituído por uma rede difusa de dispositivos que produzem e regulam costumes, hábitos e práticas produtivas. A obediência a essas regras e aos mecanismos de exclusão e inclusão é forjada no seio de instituições disciplinares tais como a família, escola, hospital, prisão, fábrica ... enfim, por uma série de espaços fechados que se intercomunicam em circuitos rígidos e por onde, de um ao outro não se cessa de passar e nos quais forjam-se moldes fixos que localizam constantemente – pai de família, operário, aluno, sindicalista...

Estes meios de confinamento funcionam maquinicamente: concentrar, distribuir no espaço, ordenar no tempo, compor força produtiva superior a soma das forças elementares.

Após a segunda guerra mundial, as instituições disciplinares entraram em crise. Uma outra economia de poder começou a tomar a cena. Trata-se da passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle. No entanto este é somente um marco, pois esta transição da sociedade disciplinar para a chamada sociedade de controle de hoje é uma transmutação que não ocorre localizável, que não se permite capturar.

No entanto, vale ressaltar que esta passagem não é de superação, pois é na sociedade de controle que a lógica disciplinar se generaliza e se espraia por todo o campo social, porém assumindo agora modalidades mais fluidas que prescindem do confinamento, exacerbando o controle.

Quem cunha de controle esta lógica que institui a sociedade de controle é Burroughs. Mas é Deleuze quem analisa isto que Foucault reconheceu no futuro próximo.

A sociedade de controle, não prescinde dos mecanismos da disciplinar, mas inversamente a esta, leva o controle para fora de suas instituições disciplinares e atua mediante redes flexíveis e flutuantes. Na

[24] A sociedade de controle é mais bem explicada em contraste com a disciplinar, pois se caracteriza ao mesmo tempo pela intensificação e síntese dos aparelhos de normalização característicos dessa que foi exaustivamente descrita por Foucault segundo o molde, a fábrica, a escola, o exame, a assinatura, a palavra de ordem.

sociedade de controle, os lugares são redefinidos por fluxos e os confinamentos são modulações – não mais moldes, como na disciplinar. O interesse na sociedade de controle, não esta mais no corpo propriamente, mas no que dele se possa extrair. É preciso então criar condições para que todos e cada um se sintam produtivamente atuando; por isso a participação, engodo de que se está decidindo, é questão de inclusão, de existência. A inclusão é a grande bandeira da sociedade de controle a que Passetti (2002) adjetiva "*Sociedade de Plenos Direitos*".

Não se trata mais de um mundo que discipline as forças, mas que as ocupe e as consagre agentes do próprio controle na exata medida em que se clama por participar, por fazer parte, por incluír-se. A questão não está mais unicamente em docilizar, mas em criar dispositivos que promovam a adesão continua de todos. Na sociedade disciplinar os meios de confinamento por que passam os indivíduos se configuram como variáveis independentes onde a cada vez se inicia do zero e nos quais não se cessa de recomeçar (da casa à escola, da escola à fábrica, da fábrica ao quartel, do trabalho ao sindicato...), enquanto na sociedade de controle nunca se terminada nada: a educação permanente, a formação continua... E é exatamente esse inacabado que fortalece a confiança na integração e conseqüentemente gera uma busca continua por maior produtividade.

Na sociedade de controle, contrastando com a sociedade disciplinar[25], o controle se pulverizou em redes flexíveis e flutuantes afiançando que a obediência consuma por inteiro cérebro e mente, exigindo do "cidadão comum" sua opinião, sua participação. Os lugares antes bem demarcados cedem agora aos fluxos[26]. O comando é distribuído por corpos e mentes dos indivíduos, onde comportamentos de integração e exclusão social são interiorizados e o poder é exercido mediante máquinas de

[25] Grosso modo, na sociedade disciplinar o controle é assegurado mediante uma rede difusa de produção e regulagem de costumes, hábitos e práticas produtivas e a obediência às regras e mecanismos de inclusão/exclusão que sancionam comportamentos desviantes, é garantida por instituições disciplinares que organizam o terreno social e constrói uma lógica adequada a razão disciplinar. .

[26] A sociedade disciplinar, com seus aparelhos de produção, difusão e regulagem dos costumes, hábitos e práticas, não é superada pela sociedade de controle da mesma forma que esta também não supera de todo a sociedade de soberania. Assim como a sociedade de soberania coexiste a disciplinar, também a disciplinar coexiste a sociedade de controle, que é complementada por seus dispositivos.

organizar cérebro (sistemas de comunicação, redes de informação...) e corpos (bem-estar pessoal social via monitoramento da vida). Há uma síntese e intensificação dos aparelhos de normalização de disciplinariedade que tomam conta da vida. A sociedade disciplinar, nos diz Deleuze (1992)), é a sociedade da quitação aparente – que não desaparece de todo no controle - e a de controle é a moratória ilimitada.

Sindicatos são instituições características da sociedade disciplinar, o exame de sua maquinaria o demonstra.

No entanto, ainda que a sociedade disciplinar permaneça imbricada na de controle, que não tenha sido superada por essa; tal fato, por si só, não explica a permanência majoritária com que sindicatos docentes se instituem.

Interessa então entender como a instituição disciplinar sindicato permanece majoritariamente na sociedade de controle - ao menos em relação ao movimento docente.

Na medida em que as estratégias de controle atuais dissipam as instituições, inclusive na macro-política[27], pessoas voltadas a resistir tendem a procurar um lugar familiar de controle: a igreja, a escola, o sindicato...uma instituição que tenha um instrumento jurídico público. É a ilusão de que, na busca a um reduto à sociedade de controle estes espaços não tenham sido pulverizados. A fala dos dirigentes sindicais, quer docentes ou não, é sintomática na medida em que clamam pelo resgate *aquela* luta, *aquele* modo de lutar, *aquelas* estratégias. Ou seja, uma busca por resistir como no passado.

O que argumento, garante a permanência majoritária do sindicalismo docente, além do fato de que as instituições da sociedade disciplinar continuarem tendo importância e significado na sociedade de controle, é a persistência do instinto de resistência em docentes engajados. Neste caso, sindicatos podem significar um nicho de resistência à

[27] A dissipação, pelo menos comercial, dos Estados no internacionalismo, dos hospitais em atendimento doméstico, das escolas pela educação permanente e pela educação à distância, a pulverização do policiamento por toda sociedade, etc.

pulverização do controle, uma busca pela familiaridade da instituição disciplinar.

Quando se aponta o funcionamento maquínico das instituições em geral e aqui especificamente dos sindicatos docentes, se está enfocando a lógica que dirige o funcionamento, as práticas e discurso que as aproxima, mas não as iguala. Ou seja, não há igualdades de modo a que um espaço – de tempo ou lugar –possa espelhar o que acontece. A tentativa de buscar a matriz constitutiva da maquinaria sindical por onde as relações se movem e onde os saberes se detêm, rompem, prosseguem, ou constroem, se inscreve num olhar genealógico que estuda o poder em sua investida prática, efetiva, lá mesmo onde se implanta e produz efeitos. Ou seja, captar a materialidade da sujeição dos sujeitos se torna então exeqüível apenas na dimensão microanalítica, pois esta trata da lógica que guia os funcionamentos, esta sim passível de ser detectada nos demais espaços, porém nunca universalmente deduzivel.

Nesta perspectiva espaços de abrangências e perspectivas distintas que demonstram uma mesma lógica, portanto funcionamentos semelhantes, é que forjam os modos de subjetivação docente, muito aproximados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CHAIA, Miguel Wlady. Os Intelectuais e Sindicalistas: a experiência do DIEESE (1955-1990). Ibitinga, São Paulo: Humanidades, 1992.

_____ Trabalho, Entre a Política e o Conceito. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, v. 9,n.3, jan./março. 1999.

DELEUZE, Gilles. Foucault. Tradução de: Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo, Brasiliense, 1988.

_____ Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____ O Que é Um Dispositivo? in O Mistério de Ariana. Cinco Textos e Uma Entrevista de Gilles Deleuze. Tradução de Edmundo Cordeiro. 2 ed. Lisboa: Veja, 2005. 83-95.

FORACCHI, Marialice. A Participação Social dos Excluídos. São Paulo: Hucitec, 1982.

FOUCAULT, Michel. Introdução. Tradução de: Georges Lamaziere. in DELEUZE, Gilles e GUATARI, Félix. O Anti-Édipo. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 8-15.

_____ Microfísica do Poder. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____ História da Sexualidade. O Uso dos Prazeres. Vol. 2. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 9 ed.

_____ História da Sexualidade. O Cuidado de Si. Vol 3. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____ História da Sexualidade vol 1. A Vontade de Saber. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____ Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões. Tradução de: Lígia M. Ponde Vassalo. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____ Resumo dos cursos do Collége de France. (1970-1982). Tradução de: Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.

_____ Subjetividade e Verdade in Resumo dos Cursos do Collège de France. Tradução de: Andréa Daher. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

_____ Ditos e Escritos Vol. II. Tradução: Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____ A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collége de France, Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____ A Arqueologia do Saber. Tradução: Luís Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____ A Verdade e Formas Jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

_____ Poderes e Estratégias In Ditos e escritos Vol. IV. Tradução de: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HERVEY, David. Condição Pós-Moderna. Tradução de: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MACIEL, Osvaldo de Oliveira. Trabalhando a Luta, Construindo (a) história (II). São Paulo: Universidade e Sociedade, ano 2, n. 4, dezembro de 1992.

_____ Trabalhando a Luta, Construindo (a) história (I). São Paulo: Universidade e Sociedade, ano 1, v. 1, fevereiro de 1991.

OTRANTO, Célia Regina. Movimento Sindical Docente: História e Crise. Rio de Janeiro: Revista Universidade Rural, Série Ciências Humanas, v. 22(2): 213-229, jul/dez. 2000.

PASSETTI, Edson. Sociedade de Controle e Abolição da Punição. Revista São Paulo em Perspectiva, volume 13, ano 3, Janeiro/Março. 1999.

_____ Anarquismos e Sociedade de Controle. in RAGO, Margareth. et all.

Rio de Janeiro: DP & A, 2002. p.123-1389.

_____ Ética dos Amigos: Invenções Libertárias da Vida. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.

_____ Anarquismos e Sociedade de Controle. São Paulo: Cortez, 2003.

PIRRINEAU, Pascal. (org). Léngagement Politique: decline ou mutation? Paris: Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1994.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANDES- Representação Política e Sindical de Professores Universitários. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 93, 1995.

RODRIGUES, Edgar. Novos Rumos. Pesquisa Social 1922-1946. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre,1976.

_____ Socialismo. Uma Visão Alfabética. Rio de Janeiro: Editora Porta-Aberta, 1979.

_____ Alvorada Operária. Os Congressos Operários no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979.

_____ Anarquismo à Moda Antiga. 3. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

_____ Entre Ditaduras (1948-1962). Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.

_____ Rebeldias I. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____ ABC do Sindicalismo Revolucionário. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004a.

_____ Rebeldias. A Cavalgada do Ideal. Vol. 2. Guarujá, São Paulo: Opúsculo Libertário, 2004b.

_____ Rebeldias. Vol. 3. Guarujá: 2005.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Tendências Futuras do Sindicalismo Brasileiro. In: RATTNER, H. Brasil 1990: Caminhos Alternativos do Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____ Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

_____ CUT: Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____ Destino do Sindicalismo. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999.

_____ O Declínio das taxas de Sindicalização: A Década de 80. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.13, n.36,1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins & CARDOSO, A. M. Força Sindical. Uma Análise Sócio-Política. São Paulo: Paz e Terra, 1993.